



## Planejamento do Turismo Comunitário: estudo de caso nas ilhas do município de Ananindeua (PA)

### *Community Tourism planning: a case study on the islands of the municipality of Ananindeua (PA, Brazil)*

Cristiane da Silva Assunção Pacheco, Leila Marcia Sousa de Lima Elias

**RESUMO:** O Artigo tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre o turismo no município de Ananindeua, localizado na Região Metropolitana de Belém (PA), analisar o potencial para o Ecoturismo na região e a importância de envolver a comunidade local em projetos que incentivem o desenvolvimento sustentável; Será apresentado a história do município e as etapas legais necessárias para a regulamentação e implantação de projetos ecológico. O estudo foi realizado através do levantamento de dados em páginas oficiais do governo, artigos, pesquisa de campo realizada na ilha Igarapé Grande e depoimentos de moradores, no qual foi possível notar a carência de projetos turísticos nas ilhas. Sendo apresentado no estudo algumas etapas necessárias para a implantação de projetos que explore de forma responsável a área insular de Ananindeua, assim como a importância da participação dos órgãos públicos para que os projetos sejam bem sucedidos e benéficos a comunidade local, proporcionando o desenvolvimento econômico sustentável da região.

**PALAVRAS CHAVE:** Ecoturismo; Projetos; Comunidade; Ananindeua.

**ABSTRACT:** The article aims to expand knowledge about tourism in the municipality of Ananindeua, located in the Metropolitan Region of Belém (PA), to analyze the potential for ecotourism in the region and the importance of involving the local community in projects that encourage sustainable development. The history of the municipality and the legal steps necessary for the regulation and implementation of ecological projects will be presented. The study was carried out by collecting data from official government pages, articles, field research carried out on the Igarapé Grande island and testimonials from residents, in which it was possible to notice the lack of tourism projects on the islands. Being presented in the study some necessary steps for the implantation of projects that responsibly explore the island area of Ananindeua, as well as the importance of the participation of the public agencies so that the projects are successful and beneficial to the local community, providing the sustainable economic development of region.

**KEYWORDS:** Ecotourism; Projects; Community; Ananindeua.

## Introdução

### **O Ecoturismo e a Sustentabilidade**

Historicamente, o homem sempre demonstrou o hábito de viajar por diversos motivos, tais como: exploração por novas terras, comerciais para obter mercadorias, religiosos através de peregrinações, esportivos quando iam participar dos jogos olímpicos, entre outras razões específicas. Nos meados do séc. XVI, percebe-se uma intensidade nesta prática, principalmente na busca pela formação e educação da nobreza, enviando seus filhos para fazerem *tours* pelos continentes para complementarem sua educação.

DIAS (2005, p.13) relata que foi no início do século XIX que começaram a utilizar o termo Turismo e Turista, que tinham como respectiva definição de, a teoria e a prática de viajar por prazer; e pessoa que faz uma ou mais excursões, especialmente alguém que faz isso por recreação. Segundo o resumo do dicionário inglês *The Shorter Oxford English*, editado em 1811, é alguém que viaja por prazer ou cultura, visitando vários lugares por seus objetivos de interesses. A definição que mais se aproxima da atual surgiu em 1937, que descrevia o turismo como a viagem de toda pessoa durante 24h ou mais por qualquer país que não aquele de sua residência habitual (DIAS, 2005, p.13).

Com o passar dos anos o turismo foi crescendo e aumentando sua demanda, assim surgindo vários segmentos no qual definiram o seu público alvo e facilitou o planejamento das diversas modalidades, desta podemos destacar uma que vem crescendo constantemente, o segmento de turismo de aventura (esportiva), que são atividades realizadas junto a natureza como caminhada, canoagem, parapente, o que nos leva a um outro conceito que vem sendo muito debatido desde o final do século XX, que é o da sustentabilidade do desenvolvimento, que trata do esgotamento dos recursos naturais e estabelece metas para um crescimento econômico sem que prejudique o meio ambiente.

A origem do conceito de sustentabilidade está relacionada com a evolução da preocupação mundial com o meio ambiente, neste aspecto a realização da conferência das Nações Unidas para o meio ambiente humano realizada em 1972 é um dos marcos iniciais. Na continuidade, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) produziu um documento denominado *“Nosso futuro comum”, divulgado em 1987, em que a expressão desenvolvimento sustentável foi largamente utilizada mostrando a preocupação com as atuais e futuras gerações* (DIAS, 2005, p.106).

O turismo sustentável começou a chamar atenção na década de 80 e a regulamentação da atividade foi criada exatamente em 1987 pelo Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR em parceria com o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Já as “Diretrizes para a Política do Programa Nacional de Ecoturismo” que descreve o potencial do turismo brasileiro, as vantagens de um turismo organizado e os impactos negativos, caso não haja a preocupação com essa organização, foram criadas em 1994.

No entanto em 2008, foi promulgada a Lei Geral do Turismo nº11.771/2008, que define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, estabelecendo as normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços

turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

E ainda, define turismo como as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

No parágrafo único do art. 3º da referida lei é externada a preocupação com a conservação ambiental, a saber:

O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro (BRASIL, 2008).

Neste sentido, a prática de turismo deve ser ordenada de forma a manter a harmonia entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

### **Ecoturismo**

Conhecido inicialmente como turismo ecológico, o ecoturismo é um segmento que tem como principal objetivo oferecer ao turista a oportunidade de contemplar a natureza, pelo simples prazer, pela busca por experiências ambientais, conhecer novas culturas ou simplesmente realizar atividades esportivas, conforme o Instituto Brasileiro do Turismo (2019). Esse turismo é realizado de forma consciente sem prejudicar a natureza, evitando ao máximo os impactos ambientais, preservando a cultura e os patrimônios locais; e para alcançar seus objetivos intensifica junto com as comunidades interessadas, atividades que devem ser desenvolvidas sob os princípios da sustentabilidade. O Instituto Brasileiro do Turismo (BRASIL, 2019) define que:

O Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural, cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

O ecoturismo passou a ganhar notoriedade no Brasil na década de 80 quando começam a discutir os efeitos do turismo em massa no meio ambiente, sem planejamento ou a preocupação em preservar os recursos naturais, tendo com o único objetivo obter lucros financeiros (ECOTURISMO, 2008).

Mas é a partir de 1985 que se dar início ao “Projeto Turismo Ecológico”, no qual tinha a finalidade de organizar e monitorar as atividades turísticas no país, desde então sendo sempre atualizado com as orientações básicas de como trabalhar com o ecoturismo de forma responsável. Esse trabalho enfoca desde os aspectos conceituais e legais, abordando o perfil do turista, a identificação de

agentes e parceiros, até as peculiaridades relativas à promoção e comercialização, caracterizando-se como o marco regulatório da política pública em ecoturismo no Brasil (ECOTURISMO, 2008, p.9). A seguir lista-se as principais ações realizadas com base em Neiman e Rabinovici (2009) antes da Lei Geral do Turismo no Brasil.

**Quadro 1:** Histórico das Principais Ações antes da Lei Geral do Turismo no Brasil.  
**Frame 1:** History of the Main Actions before the General Tourism Law in Brazil.

Ano	Ações
1985	1. Primeiro projeto a bordar a atividade turística em área natural, intitulado Turismo Ecológico, promovido pela EMBRATUR, em parceria com o IBAMA. 2. Divulgação do documento “Nosso futuro comum” pelo CMMAD.
1987	1. Criação da Comissão Técnica Nacional para monitorar o projeto Turismo Ecológico (EMBRATUR/IBAMA)
1991	1. A então secretaria do meio ambiente (SEMA) em parceria com ONGS, realiza o I curso básico de condutor de visitantes, sendo a primeira iniciativa em capacitação para o ecoturismo
1992/93	1. Conferência das nações unidas para o meio ambiente-Eco 92-Rio de Janeiro 2. A EMBRATUR lança iniciativas de promoção do ecoturismo, com destaque para o “Manual operacional do ecoturismo”
1994	1. Foi formado um grupo interministerial de trabalho na área, reunindo técnicos do Ministério do meio ambiente (MMA), IBAMA, MICT E DA EMBRATUR.
1995	1. Publicação do documento “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo”, principal resultado da ação de 1994.
1997	1. Criação do “Manual indígena de Ecoturismo” por um grupo técnico de coordenação de Ecoturismo para a Amazônia legal;
1998	1. Proecotur (iniciativa do MMA, por intermédio da secretaria de coordenação da Amazônia).
1999	1. A EMBRATUR lança o projeto Polos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil
2003	1. Reestruturação do Programa Polos. Elaboração do Manual de Ecoturismo de base comunitária: Ferramentas para um planejamento responsável, pela WWF-Brasil.
2008	1. Promulgada a Lei Geral do Turismo, nº11.771/2008. 2. Elaboração da cartilha Ecoturismo: orientações básicas(Brasil,2008)

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em Neiman e Rabinovici (2009).

**Source:** Neiman e Rabinovici (2009) adapted by the authors (2019).

### **Serviços e projetos ambientais**

Por muitos anos temos acompanhado uma acelerada degradação dos recursos naturais, com o crescimento das indústrias, o aumento do desmatamento, o manejo das terras inadequadas pela agricultura e agropecuária, a poluição do solo e das águas com a urbanização sem planejamento, turismo sem controle e dentre outros.

Com todos esses fatores, o meio ambiente tem tido dificuldade em acompanhar essa degradação acelerada e renovar seus recursos naturais, ocasionando não somente problemas econômicos como ao bem estar do ser

humano. Na tentativa de reverter essa problemática e continuar a usufruir dos recursos naturais de uma forma sustentável sem prejudicar o crescimento econômico e o bem estar da sociedade surge a importância do serviço ambiental. As empresas, o poder público e as instituições são os maiores prestadores de serviços ambientais, através de ações como o reflorestamento, definição da área de proteção e mudanças no modo de produção de forma sustentável e elaborando projetos ambientais.

Os projetos e o desenvolvimento de medidas de proteção ambiental, atualmente, estão espalhados e difundidos por todo o mundo em forma de políticas públicas, tendo como principais metas a inserção da população por meio da promoção de informações acerca do objetivo proposto. O Ministério do Meio Ambiente – MMA (2019) apoia alguns projetos que visam a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, tais como:

1. A carteira indígena: A Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas, apoia projetos de produção de alimentos, agro extrativismo, artesanato, gestão ambiental e revitalização de práticas e saberes tradicionais associados às atividades de auto sustentação das comunidades indígenas;
2. Fontes de financiamento climático: acesso dos interessados em propor projetos na área de enfrentamento à mudança do clima, disponibiliza uma lista de fundos e instituições para financiamentos.
3. Fundo Amazônia: tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, nos termos do Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008. Apoiar projetos em áreas como gestão de florestas públicas e áreas protegidas; Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; Conservação e uso sustentável da biodiversidade e recuperação de áreas desmatadas.

No Pará, o “Projeto Pará Floresta” busca criar e desenvolver instrumentos, metodologias e estratégias de ação que possibilitem ao Estado atingir as metas de recuperação de áreas alteradas ou degradadas no território paraense, as quais são estabelecidas no Plano Plurianual – PPA. O projeto visa também atender as ações recomendadas pelo Programa Estadual Municípios Verde.

Assim como, também as cooperativas de reciclagem de lixo, que recolhem, separam e enviam para empresas de reciclagem, ação que favorece e muito o meio ambiente. A Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece uma diferenciação entre resíduo e rejeito num claro estímulo ao reaproveitamento e reciclagem dos materiais, admitindo a disposição final apenas dos rejeitos. Inclui entre os instrumentos da Política as coletas seletivas, os sistemas de logística reversa, e o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associação dos catadores de materiais recicláveis.

Em Ananindeua, as ações de cooperativas de reciclagem são mínimas. No entanto, com o fechamento do lixão do Aurá, foi editado o Decreto Municipal nº 16.362/15 - Ananindeua que estabelece os prazos e as normas para o cadastramento e a fiscalização dos grandes geradores de resíduos sólidos do Município, considera a necessidade de apoio às Associações e Cooperativas de catadores de material reciclável e reutilizável cadastradas no Município.

Com isso, a Prefeitura em 2015 determinou o início do projeto de coleta de lixo reciclável, estabelecendo como rota de coleta apenas algumas ruas localizadas no bairro Cidade Nova. E no dia 30 de janeiro de 2019, foi lançada a coleta seletiva em um dos conjuntos habitacionais Minha Casa, Minha Vida, tendo início efetivamente em 05 de fevereiro, sempre às terças-feiras, sendo feitas pela Associação Cidadania para Todos – ACPT, em parceria com o poder público.

### ***Incentivos governamentais e o financiamento ao turismo sustentável***

A Secretaria do Turismo do Estado do Pará – SETUR oferta linhas de financiamento em diferentes instituições financeiras oficiais para o setor turístico, tais como:

- Banco da Amazônia: Oferece oportunidade de acesso aos microempreendedores individuais da região Norte e dos estados do Maranhão e Mato grosso, apoiando empreendimentos que contribuam para a manutenção e/ou a geração de emprego e renda para o desenvolvimento local. Atividades financiadas: comércio (armarinhos, mercearia, sorveteria, fruteiras etc.) e produção (confeções, padarias e outras). Com os seguintes incentivos governamentais:

- ✓FNO: programa de financiamento do desenvolvimento sustentável da Amazônia (Norte) para implantação, ampliação, modernização, reforma ou realocação de empreendimentos turísticos na região Norte. Com a finalidade de Investimento fixo, investimento misto (investimento fixo e capital de giro associado) e aquisição de insumos, no qual o público-alvo são pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas individuais, associações e cooperativas.

- ✓FNO Energia verde: destinado a financiar micro e minigeração de energia e a uso de energia renováveis para consumo próprio de empreendimentos na região norte.

- ✓FNO Amazônia mais cultura: destinado a financiar bens e serviços necessário à implantação, ampliação, diversificação, modernização, reforma e realocação de empreendimento do setor cultural na região norte.

- BANPARÁ: Em prol do desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, oferece diversas linhas de financiamento para atender às mais variadas necessidades, que vão desde:

- ✓Financiamento a microempreendedores informais com recursos próprios do Banco;

- ✓Financiamento para apoio aos produtores rurais com a utilização de recursos do Crédito Rural;

- ✓Financiamento para aquisição, comercialização, produção ou modernização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais e outros bens com recursos do BNDES;

- ✓Financiamento a projetos de investimentos para empresas de qualquer porte e de diversos setores econômicos com recursos do BNDES e de Fundos Estaduais;

Dentre as linhas de crédito que o governo oferece, a mais conhecida é a do BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, por possuírem taxas de juros menores, no qual pode ter acesso não somente na Caixa econômica Federal, mas também em outros bancos privados.

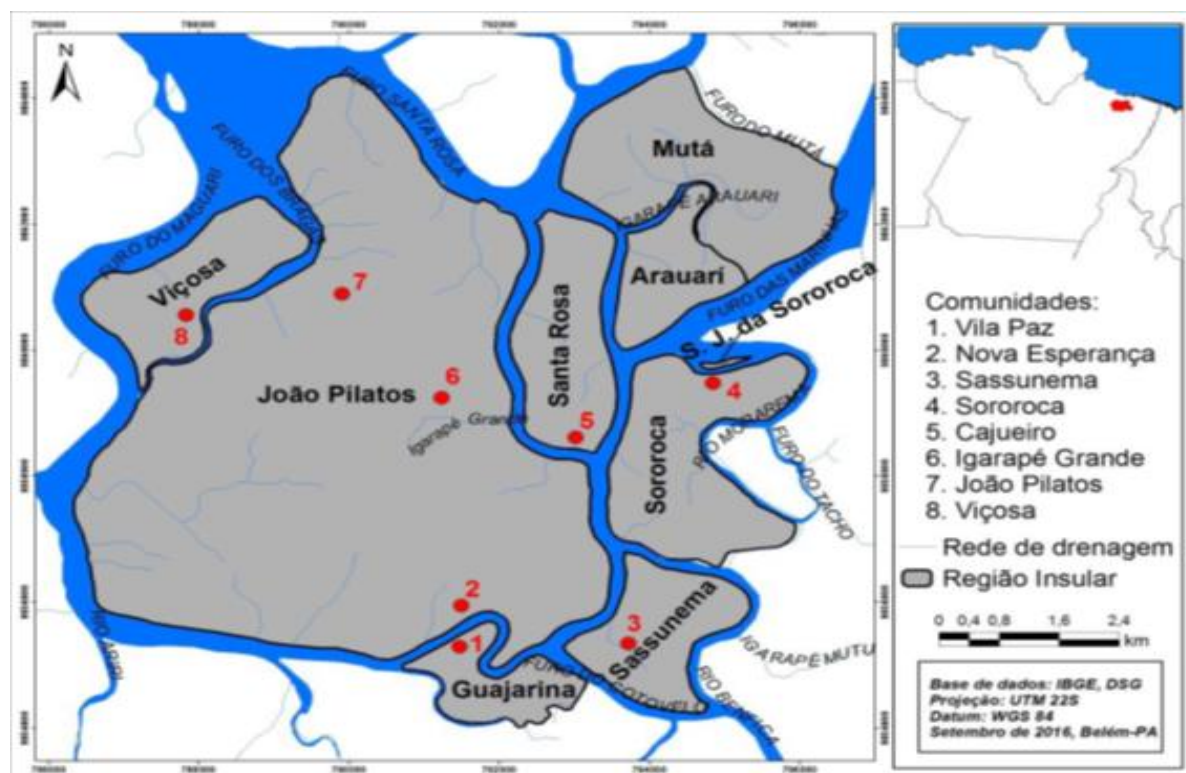
- ✓BNDES Crédito ambiental: apoia projetos de saneamento, gestão de resíduos, eficiência energética e conservação de biomas. Esse apoio pode ocorrer na forma de financiamento reembolsável e não reembolsável e via de fundos de investimento.
- ✓BNDES - FINEM: financiamento a investimento em sustentabilidade nas áreas de Planejamento e Gestão, para o aumento da capacidade das empresas em reduzir riscos ambientais; de Eficiência energética, na redução do consumo de energia e/ou aumento da eficiência do sistema nacional; - Produtos e processos sustentáveis: que utilizem insumos provenientes de fontes renováveis como matérias primas ou que possuem um menor impacto socioambiental. - Aquisição de veículos, máquina e equipamentos eficientes.
- ✓FUNGETUR: fomentar e prover recursos para o financiamento de atividades turísticas, tais como, obras para modernização, reforma e ampliação de empreendimentos. Com a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos novos e serviços de finalidade ou de interesse do turismo nacional, assim definido pelo Ministério do Turismo, no qual o público-alvo são as pessoas jurídicas que atuam no segmento de turismo.
- ✓FNE - Programa de apoio ao turismo regional (PROATUR): financia a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor com a finalidade de Investimentos e capital de giro associado para empreendimentos turísticos. No qual o público-alvo são pessoas jurídicas, inclusive empresários registrados na junta comercial, cadastrados pelo Ministério do Turismo, cujo objetivo econômico principal seja a atividade turística.

Como exposto acima, existem várias linhas de incentivos para o setor, inclusive no governo do estado, com recursos destinados a empreendimentos familiares, sendo necessário apresentar um projeto detalhado que transmita segurança e seriedade para a captação do recurso, ou por meio de edital que são lançados periodicamente.

## **Material e Métodos**

### ***Caracterização da área de estudo***

O universo da pesquisa consiste no município de Ananindeua localizado na região metropolitana da cidade de Belém do Pará se destacando nos últimos anos pelo seu constante crescimento, tornando-se desse modo o segundo município mais populoso do Pará (Figura 1). Atualmente sua população está estimada em 526.566 habitantes e abrange uma área de 190,50km<sup>2</sup>, 0.02% do território do Pará, com 13.3% de área protegida e 51,37km<sup>2</sup>, 26.97% de área de assentamento (IBGE, 2019).



**Figura 1:** Mapa das Ilhas do Município de Ananindeua (PA).

**Fonte:** Costa e Rocha (2016), adaptado pelos autores.

**Figure 1:** Map of Ananindeua's Island.

**Source:** Costa e Rocha (2016), adapted by authors.

Ananindeua era uma cidade ribeirinha que possuía em suas redondezas muitas árvores de Ananin da qual tiravam o leite para fazerem o cerol usado para lacrar as fendas das embarcações, é uma árvore ocorrente principalmente de várzea da planície de inundação, seu nome de origem tupi influenciou na escolha do nome do município. Ananindeua começou a ser povoada após a construção de uma estrada de ferro de Bragança nas proximidades da BR 010 na década de 1960, quando as indústrias de Belém começaram a se instalar nas redondezas da estrada.

Apesar do seu grande desenvolvimento nos últimos anos, Ananindeua ainda é desconhecida para muitos, até mesmo para seus próprios conterrâneos, o que é até compreensível já que a região serve apenas de dormitório para a população sendo que a maioria faz uma viagem de aproximadamente de 1h para trabalhar em Belém ou em municípios próximos.

Muitos não possuem ideia das riquezas que o município possui, como um belíssimo arquipélago formado por 12 ilhas banhadas pelo rio Maguari. As ilhas são como um centro de reprodução de toda diversidade biológica da floresta Amazônia.

No início desta pesquisa surgiu uma grande dúvida quanto a quantidade de ilhas no município, enquanto alguns sites oficiais afirmavam que seriam 14, outros declararam que são apenas 12 e a dificuldade de esclarecer essa dúvida, levou a explicação mais óbvia e clara descrita pela pesquisa em Almeida (2010), no qual esclarece que de fato são 12 ilhas e apenas 9 pertencem à administração de Ananindeua. Essa pequena confusão se deu pelo fato de algumas ilhas possuírem dois nomes entre as comunidades e o censo do IBGE considerou sendo ilhas distintas.

Portanto, após o esclarecimento segue abaixo as ilhas com suas respectivas extensões territoriais e comunidades que pertencem e estão sob administração do Município de Ananindeua (Quadro 2).

**Quadro 2:** Ilhas de Ananindeua e suas principais comunidades.

**Frame 2:** Ananindeua Islands and their main communities.

ILHAS	COMUNIDADES	EXTENSÃO	REFERÊNCIA	FAMÍLIAS	ACESSO
Viçosa	Viçosa	3,71 km <sup>2</sup>	Furo dos Bragas	22	Fluvial
João Pilatos	João Pilatos Nova Esperança Igarapé Grande	38,14 km <sup>2</sup>	igarapé de João Pilatos/ igarapé Grande/ rio Maguari	78/46/25	Fluvial
Santa Rosa	Cajueiro	4,03 km <sup>2</sup>	Furo de Santa Rosa	22	Fluvial
Mutá	Sem registro	6,59 km <sup>2</sup>	Sem registro	-	Sem registro
Arauari	Sem registro	2,36 km <sup>2</sup>	Sem registro	-	Sem registro
São José da Sororoca	Sem registro	0,05 km <sup>2</sup>	Sem registro	-	Sem registro
Sororoca	Sororoca	5,61 km <sup>2</sup>	Rio Sororoca	3	Fluvial
Sassunema	Sassunema	13,28 km <sup>2</sup>	Furo de Sassunema	32	Fluvial
Guajarina	Vila da Paz	1,98 km <sup>2</sup>	Sem registro	-	Sem registro

**Fonte:** Costa; Rocha (2016), adaptado pelos autores.

**Source:** Costa; Rocha (2016), adapted by the author.

O percurso físico para quem sai de Belém é feito, em geral, pela BR 316, seguindo a avenida Cláudio Saunders, até o Maguari, estrada do Curuçambá, em direção à rua da Olaria, onde está localizado o porto do Surdo, do qual partem os transportes fluviais em direção às Ilhas, o porto fica a aproximadamente 500 metros do final das linha de ônibus Curuçambá Iguatemi e Curuçambá Ver-o-Peso, ou seja, na área periférica do município de Ananindeua. Partindo do porto do Surdo, segue-se pelo Igarapé Curuçambá que sai no rio Maguary e para chegar a cada ilha, busca-se as referências.

De acordo com Prefeitura de Ananindeua (2009), as ilhas não possuem serviços públicos suficientes para atender a sua população, tais como, a comunicação fixa inexistente na região, apenas a telefonia móvel; a segurança também inexistente e somente em junho de 2010, foi inaugurado o sistema de energia elétrica para atender as comunidades e o atendimento médico-hospitalar conta somente com trabalho do agente de saúde municipal.

As ilhas são banhadas pelo rio Maguari (Figura 2), furos (dos Bragas, Santa Rosa, Bela Vista, Marinhas) e igarapés. As estradas são os rios, portanto os acessos as ilhas são através de barcos, rabetas e canoas. Não há estradas ou pontes entre as ilhas portanto é inexistente veículos circulando, o acesso entre as comunidades próximas quando possível é por bicicleta ou caminhando.



**Figura 2:** Rio Maguari. **Fonte:** acervo pessoal.  
**Figure 2:** Maguari River. **Source:** personal collection.

Quase todas as ilhas são habitadas, possuindo um pequeno povoado, isso quando não possui apenas uma geração de família, no caso das menores. No dia da visita técnica só foi possível conhecer a ilha de João Pilatos, por ser a maior e mais conhecida, e por imprevisto só foi possível conhecer as extensões de algumas ilhas de passagem pelo rio, porém segundo nosso guia pouco se difere da ilha João Pilatos, apenas não possui escola, posto de saúde e tem menor número de famílias; Estas famílias ficam distribuídas entre as ilhas de Viçosa com 22, ilha de Santa Rosa com 22, ilha de Sassunema 32, ilha João Pilatos com 90 e ilha de Sororoca com aproximadamente 3 famílias.

Na tentativa de atrair turista e ajudar as comunidades os líderes das ilhas se reúnem para organizar festivais como o de açaí em João de Pilatos, e o festival do camarão na ilha de Sororoca, que chega a atrair nos dias de evento segundo os organizadores 3.000 visitantes, e os barqueiros ficam responsáveis em transportar os visitantes a preços baixos.

### ***Ilha de João Pilatos***

A Ilha de João Pilatos possui 3 comunidades, a Nova Esperança, João Pilatos e Igarapé Grande, esta última foi a comunidade visitada, na qual conhecemos o singelo sítio chamado Paraíso. A viagem até a ilha é feita por pequenos barcos em sua maioria rabetas (Figura 2) num percurso de aproximadamente 1h de viagem a partir do humilde Porto do Surdo localizado no final da linha do bairro Curuçambá de Ananindeua.

A ilha possui em média 90 famílias e na comunidade visitada podemos encontrar uma escola (Figura 3) em bom estado de conservação de ensino fundamental (até 5ª série) com capacidade para aproximadamente 150 crianças, com alimentação e professores regulares. Os professores não são da região tendo que se locomover até as ilhas através de rabetas que ficam à sua disposição; Além disso possui um bonito campo de futebol com grama; As casas são em sua maioria de alvenaria, lajotadas e todas com poço artesiano, banheiros encanados e em sua maioria fossas devidamente instaladas em seus terrenos e diferente do que muitos pensam possuem energia elétrica desde 2010, sinal de internet e celular; Na comunidade também podemos encontrar uma singela igreja católica.



**Figura 3:** Escola Domiciano de Farias. **Fonte:** acervo pessoal  
**Figure 3:** Domiciano de Farias School. **Source:** personal collection.

A comunidade Igarapé grande conta com um pequeno posto de saúde (Figura 4) que atende a todas as Ilhas, o posto fica sob responsabilidade de uma moradora técnica em enfermagem única atendente, na qual não tem com quem dividir o turno de trabalho, ficando a disposição da comunidade 24h. O posto recebe a visita de um clínico geral duas vezes na semana e quando necessário exames são encaminhados para o posto do Paar na região metropolitana de Belém. Quanto aos remédios, recebem regularmente os materiais para primeiros socorros e remédios para diabetes, pressão etc.



**Figura 4:** Posto de saúde. **Fonte:** Acervo pessoal.  
**Figure 4:** Health post. **Source:** Personal collection.

Atualmente os moradores em sua maioria buscam sua fonte de renda em trabalhos com carteiras assinadas tanto na cidade como nas próprias comunidades como funcionários das escolas e vigias. Alguns moradores vivem da pesca familiar sem nenhuma organização de cooperativas; Porém já houve algumas tentativas de organizar cooperativas de artesanatos e pesca, mas não obtiveram sucesso e sem quem tomasse a frente do trabalho foi deixado de lado.

Atualmente os moradores em sua maioria buscam sua fonte de renda em trabalhos com carteiras assinadas tanto na cidade como nas próprias comunidades

como funcionários das escolas e vigilantes. Alguns moradores vivem da pesca familiar sem nenhuma organização de cooperativas, praticada de forma artesanal voltada para o consumo familiar e o excedente das pescarias é destinado a comercialização em pequena escala. Porém já houve algumas tentativas de organizar cooperativas de artesanatos e pesca, mas não obtiveram sucesso e sem quem tomasse a frente do trabalho foi deixado de lado.

Algumas mulheres para acrescentar a renda familiar costumam vender galinhas, patos e perus criados no quintal, não possuem plantação de frutas em larga expansão e comercializam o que dá nas árvores dos quintais, como o açaí, cupuaçu, mas sem nenhuma organização produtiva.

Apesar do desejo do líder comunitário em atrair o público para as ilhas, não existem projetos para tal, ele acredita que há potencial para um turismo comunitário junto às pessoas que sabem fazer artesanato e moradores que fazem a comida para os visitantes. O líder afirma que as ilhas já possuem várias trilhas pois recebem muitos visitantes universitários de outros estados como São Paulo para pesquisas, inclusive tem a trilha da Coca Cola que leva ao um rio de águas escuras como o refrigerante e a trilha que parte do porto do surdo até a ilha de Pilatos com duração de 1 h de caminhada.

O líder comunitário acredita que a maior dificuldade para atrair o turismo seja a falta de uma hospedagem adequada para receber os visitantes e a motivação dos moradores para tomarem frente de algumas atividades, no entanto, constata-se que é possível sim investir em turismo principalmente no segmento comunitário com a estrutura já existente, e claro, adaptando de acordo com os regulamentos para que ofereça segurança para os visitantes e moradores e especialmente a reserva natural.

Para que isso seja possível o melhor caminho antes de tudo para a implantação do turismo local junto com a comunidade é motivar e mostrar que eles são capazes de tomarem frente de atividade atrativas aos visitantes, mostrando um planejamento estratégico sério e responsável, e junto com a comunidade estudar e avaliar o que pode ser feito de início, valorizando os moradores e os incluindo no processo das atividades, avaliando cada etapa, especificamente nas ilhas de Ananindeua, onde ainda nota-se em sua maioria o cuidado com as reservas naturais e o desejo de mostrar ao mundo a riqueza que possuem e ter a oportunidade de conseguir sua independência financeira sem precisar viajar pelos rios às regiões próximas.

### ***Turismo nas ilhas de Ananindeua***

Ananindeua possui a problemática da ausência do turismo organizado que envolva a comunidade, na região pouco se ouve sobre algum ponto turístico que os moradores possam aproveitar com a família e amigos, por essa razão buscam áreas distantes para o seu lazer como a região de Belém. Se perguntarmos para moradores se conhecem as ilhas de Ananindeua, deparam-se com expressões de surpresas, pois muitos nem imaginavam que elas existiam, situação que gera o desinteresse e a ausência do turismo regulamentado e por sua vez a falta de interesse de organizar projetos na região que explore essa riqueza de uma forma sustentável beneficiando as várias comunidades.

Para mudar essa realidade surge a necessidade de organizar e mobilizar as comunidades ribeirinhas a atrair novas formas de rendas para a região usando a bandeira da sustentabilidade, pois com o cotidiano estressante que a sociedade vive, a demanda de pessoas em busca de experiência e aproximação com a natureza cresce a cada ano.

Após uma visita em uma das comunidades da região e conversar com o líder comunitário, foi possível concluir que há o interesse em melhorar o turismo na área e implantar o turismo comunitário com a participação dos moradores das ilhas, porém veem dificuldade e acreditam ser difícil.

O objetivo do projeto é implantar o ecoturismo comunitário, incentivando a relação entre a comunidade e os visitantes, proporcionando a troca de experiências e impulsionar o turismo sustentável e com isso contribuir para o desenvolvimento do município.

### ***Projeto: Trilhas e canoagem ecológicas***

Ananindeua possui uma vasta área insular com a possibilidades de criar diferentes tipos de atrações turísticas tanto em mata fechada como em rios. As ilhas já possuem algumas trilhas formadas, isso porque muitos pesquisadores universitários de outros estados visitaram a região, inclusive existe uma trilha que leva a um igarapé de águas negras chamado Coca cola.

Todas as trilhas serão mapeadas e a elaboração de estratégias para um melhor monitoramento do seu uso e assim possa ser minimizado o máximo os impactos ambientais.

Os objetivos do projeto são trabalhar com os próprios moradores das ilhas, oferecendo capacitação através de oficinas e cursos preparatórios; Assim como formar guias do ecoturismo com conhecimento em cartografia, topografia, legislação e educação ambiental, primeiros socorros ,sobrevivência , prevenção e combate a incêndios florestais, dentre outros de extrema importância para o sucesso do projeto.

Haverá pessoas responsáveis em elaborar as trilhas, mobilizar e qualificar as comunidades, pois a proposta é que a comunidade receba ao final das trilhas os visitantes para descansarem e se recompoem enquanto conhecem a cultura e gastronomia local.

O projeto também inclui a busca de investimentos para adaptar a infraestrutura já existente para o desenvolvimento das atividades, promover atividades de educação ambiental para os moradores e comercializar os produtos da região como artesanato que é muito utilizado em decorações, sem contar que os turista adoram levar para suas casas uma lembrança do local que visitam. São exemplos: vasos e pratos de barro, cestas de palha, todos confeccionados pelos moradores, contribuindo com suas rendas financeiras.

As atividades serão realizadas em pequenos grupos (máximo 15 pessoas), a capacidade será decidida de acordo com ambiente da atividade, para evitar os impactos e agir segundo os regulamentos.

## Considerações Finais

Frente ao levantamento de campo realizado para o planejamento do turismo comunitário nas ilhas de Ananindeua no que diz respeito ao ecoturismo e ao desenvolvimento sustentável, conclui-se que possuem um grande potencial para a implantação de atividades turísticas no local, visto que já possuem trilhas pelas ilhas precisando apenas ser regulamentadas, e também já possui uma infraestrutura básica como a energia elétrica que oferecerá um maior conforto no retorno dos visitantes e facilitará o trabalho das comunidades.

Porém trata-se de um trabalho árduo tendo em vista que a área ainda não possui uma base em políticas públicas para tal finalidade e será necessário uma busca de financiamentos do governo e a regulamentação de cada processo para legalizar o Turismo local, se adequando segundo as Leis do turismo.

No que diz respeito ao processo de planejamento observou-se que antes de tudo precisa ser feita uma pesquisa detalhada nas ilhas, fazendo o zoneamento de cada área, comprovando cada potencial turístico e a possibilidade de utilizá-los sem causar danos ao meio ambiente e comunidade; Assim como a necessidade de elaborar reuniões e atividades com as comunidades comprovando a seriedade do projeto e os benefícios que levará à comunidade, principalmente o financeiro, uma vez que o Ecoturismo bem planejado consegue desenvolver a economia local. Portanto, os moradores não precisaram mais emigrar para outros municípios em busca do seu sustento e ainda poderá preservar os recursos naturais da área.

Diante do estudo é importante considerar o turismo sustentável como elemento fundamental para o desenvolvimento econômico da região, para atrair mais visitantes e incluir o município de Ananindeua na rota turística do país.

## Referências

- ALMEIDA, A.F. **Ananindeua e a sua identidade cultural**. UFPA, 2006.
- ALMEIDA, A.F. **Diagnóstico socioambiental da região insular de Ananindeua (PA): uma proposta de zoneamento turístico**. UFPA, 2008.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CARROCEIROS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – Ancat. Disponível em: <<http://ancat.org.br/>> Acessado em: 23 fev. 2019 às 2h
- BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. 10ªed. Atual. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004.
- BRASIL. **Lei nº11.771**, 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)> Acesso em: 15 ago. 2018.
- BRASIL. Lei nº12.305, 2 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, Brasília, 2010.
- BRASIL. Decreto nº16.362, 4 de agosto de 2015. **Cadastramento e fiscalização dos grandes geradores de resíduos sólidos**, Ananindeua, 2015
- COSTA, A.M.S.; ROCHA, C.P. **Território, comunidade e uso e cobertura do solo na região insular do município de Ananindeua, estado do Pará**. Manaus, 2016.

CULTURA MIX. **Projetos e medidas de proteção ambiental**. Disponível em: <<http://meioambiente.culturamix.com/>> Acessado em: 16 dez. 2018 às 21h.

DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

DIARIO OFICIAL DE ANANINDEUA. Disponível em: <[http://www.ananindeua.pa.gov.br/diario/public/diariopdf/2015\\_DIARIO\\_DE\\_AGOSTO\\_DIA\\_21.pdf](http://www.ananindeua.pa.gov.br/diario/public/diariopdf/2015_DIARIO_DE_AGOSTO_DIA_21.pdf)> Acessado em: 24 fev. 2019.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. Disponível em: Acessado em: 06 fev. 2019 às 23h.

FUNDO AMAZÔNIA. Disponível em: <<http://www.fundoamazonia.gov.br>> Acessado em: 22 fev. 2019 às 22h.

HAMOY, J. **Turismo em unidades de conservação e o desenvolvimento local em Soure-PA**. UFPA, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Disponível em: <[www.embratur.gov.br/](http://www.embratur.gov.br/)> Acessado em: 15 fev. 2019 às 20h.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E BIODIVERSIDADE. Disponível em: <<https://ideflorbio.pa.gov.br/>> Acessado em: 16 dez. 2018 às 23h.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acessado em: 07 fev. 2019 às 2h.

LEGISLAÇÃO SOBRE TURISMO. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

MACIEL, B.A. Mosaicos de Unidades de Conservação: Uma estratégia de conservação da mata atlântica. 2007. 182f. Universidade de Brasília. **Dissertação** (Mestrado). Brasília, 2007.

MINISTERIO DO TURISMO. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br> > Acessado em: 13 dez. 2018 as 02h.

MINISTÉRIO DO TURISMO, **Ecoturismo**: Orientações básicas. Brasília: 2008. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Livro\\_Ecoturismo.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf) > Acessado em: 22 fev. 2019 às 20h.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em:<[www.mma.gov.br/apoio-a-projetos](http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos)> Acessado em: 22 fev. 2019 às 23h.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2009.

PREFEITURA DE ANANINDEUA. Disponível em: <<http://www.ananindeua.pa.gov.br>>. Acessado em 10 nov. 2018 às 21h.

PROGRAMA MUNICIPIOS VERDE. Disponível em: <[www.municipiosverdes.pa.gov.br/](http://www.municipiosverdes.pa.gov.br/)>. Acessado em: 05 dez. 2018 às 22h.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente>> Acessado em: 24 fev. 2019 às 1h

RIBEIRO, A. **Desenvolvimento Sustentável**. UFG, 2003. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/desenvolvimento-sustentavel>> Acessado em: 21 fev. 2019 às 01h.

**Cristiane da Silva Assunção Pacheco:** Faculdade FACI Wyden, Belém, PA, Brasil.

E-mail: cristianepacheco\_cv@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1621153686176447>

**Leila Marcia Sousa de Lima Elias:** Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mail: leilamarciaelias@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4908432047840911>

Data de submissão: 28 de fevereiro de 2019

Data de recebimento de correções: 05 de março de 2020

Data do aceite: 05 de março de 2020

Avaliado anonimamente